



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DA PARAÍBA

C O N S E L H O S U P E R I O R

ATA DA CENTESIMA VIGESIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, BIÊNIO 2022/2024- REALIZADA NO DIA 31 DE JANEIRO DE 2024.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro (31.01.2024), sob a Presidência da Defensora Pública-Geral, Dra. Maria Madalena Abrantes Silva o CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, reuniu-se em sessão ORDINÁRIA, estando presentes o Subdefensor Público-Geral Ricardo José Costa Souza Barros, o Corregedor-Geral Coriolano Dias de Sá Filho, participando presencialmente a Conselheira Maria de Fátima de Souza Dantas e o Conselheiro Enriquimar Dutra da Silva, e por vídeo conferência a Conselheira Ryveka Campos Martins Bronzeado, Monaliza Maelly Fernandes Montenegro, Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues e da Ouvidora-Geral Maria do Céu Cavalcanti Palmeira e a ausência do Presidente da Associação dos Defensores Públicos, para deliberar assuntos da Pauta: 1 - Leitura, aprovação e assinatura da ata da 119ª (Centésima décima nona) Reunião Ordinária de 18.12.2023; 2 - Apreciação da Lista de Antiquidade para publicação; 3 - Apreciar a minuta do calendário anual das Reuniões Ordinárias do Conselho; 4 - Apreciação do processo nº

L

d

R.

u

maelly

HD

JF

RSB

ms

Handwritten signature

3578/2023, referente ao pedido da DP Nadja Soares Baía, de relatoria da Conselheira Maria de Fátima de Souza Dantas; 5 - Apresentação do relatório de atividades da Escola da DPPB, pela Conselheira Monaliza Maelly Fernandes Montenegro; 6 - Demais assuntos pertinentes a DPPB. A Presidente iniciou a sessão fazendo uma oração, em seguida passou a apreciação do 1º item da pauta, informando que todos receberam a Ata previamente e perguntou aos senhores conselheiros se estavam aptos a assinar a Ata 119ª da Reunião Ordinária de 18.12.2023, sendo respondida que todos aprovam e concordam em assinar a referida Ata; A Presidente passou ao 2º Item da pauta, a apreciação da Lista de Antiguidade apurada até o dia 31/01/2024, a Presidente falou aos Conselheiros que no dia da presente reunião mais dois Defensores Públicos foram aposentados: o Defensor Público Antonio Pereira Borba e Elisete da Cunha Pereira, e informou ainda que o Defensor Público Fernando Eneas de Souza também teve sua aposentadoria publicada em 4 de janeiro de 2024, e determinou que constasse em Ata Moção de Agradecimento ao referido Defensor Público pelos feitos realizados a bem da Instituição, disse ainda que o Defensor Público Fernando Eneas de Souza fará muita falta ao quadro de Defensores Públicos, estendendo a Moção aos Defensores Públicos Antonio Pereira Borba e Elisete da Cunha Pereira, informando que irá encaminhar via *whatsapp* a Lista de Antiguidade para apreciação de todos, sugerindo que passassem ao próximo item da Pauta, para que os senhores membros possam ter tempo para apreciar a Lista de Antiguidade, sendo assim aceito, a Presidente passou a apreciação do calendário anual das Reuniões Ordinárias do Conselho Superior da Defensoria Pública para o ano de 2024, após sugestões foi aprovado por unanimidade o

d
P.P.
P
moção
C
P
P

mas

calendário/2024, a Presidente passou então à Apreciação do processo nº 3578/2023, referente ao pedido da Defensora Pública Nadja Soares Baía Veloso, de relatoria da Conselheira Maria de Fátima de Souza Dantas; que foi desfavorável à concessão integral do pagamento do curso de mestrado da Defensora Pública Nadja Soares Baía Veloso nos termos requeridos, abrindo a palavra a todos para colher a votação, o Corregedor-Geral Coriolano Dias de Sá parabenizou a relatora e disse que acompanha seu voto, o Conselheiro Enriquimar Dutra da Silva disse acompanhar o voto da relatora com a ressalva de que seja estabelecido um limite para uma bolsa de acordo com o orçamento da Defensoria Pública, as Conselheiras Monaliza Maelly Fernandes Montinegro, Ryveka Campos Martins Bronzeado, Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues, também acompanharam o voto da relatora com a ressalva do Conselheiro Enriquimar Dutra da Silva, o Subdefensor Público-Geral Institucional Ricardo José Costa Souza Barros também acompanhou o voto da relatora com a ressalva do Conselheiro Enriquimar Dutra da Silva, a Presidente parabenizou a relatora, pois no seu entendimento seu voto preocupa-se em permitir um equilíbrio entre a formação dos Defensores Públicos e a responsabilidade financeira da Gestão, disse também acompanhar o voto com a sugestão do Conselheiro Enriquimar Dutra da Silva, seguindo a pauta a Presidente passou ao 5º item da pauta referente a Apresentação do relatório de atividades da Escola da DPPB, pela Conselheira Monaliza Maelly Fernandes Montinegro, facultando a palavra a Conselheira e Diretora da Escola Monaliza Maelly Fernandes Montinegro e a Defensora Pública Mariane Oliveira Fontinelle para apresentação do relatório de atividades da Escola Superior da DPPB, a

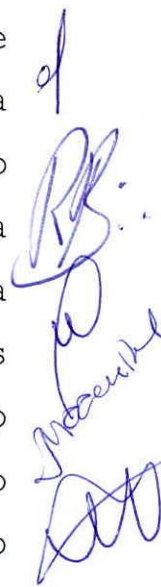
d
PB
u
Monaliza
PB
PB

mes
PB

Diretora da Escola falou das dificuldades e das parcerias que conseguiu no ano de 2023, disse também que deu continuidade ao boletim da Escola, e acrescentou que mensalmente informa todo o apanhado de êxitos da Defensoria Pública a nível Estadual e Federal, disse que no informativo acrescentou links de cursos para aqueles que desejam fazê-los, e que se surpreendeu com a aceitação dos servidores em participar dos cursos oferecidos pela Escola, passando a palavra a Defensora Pública Mariane Oliveira Fontinelle que agradeceu pela confiança e colaboração de todos os envolvidos nas atividades da Escola, com a palavra a Presidente falou de todos as dificuldades que passou para que a escola desse frutos, a Presidente falou ainda dos Defensores Públicos que já estiveram à frente da Escola, falou das dificuldades que todos enfrentaram, dos avanços que a escola já conseguiu e das mudanças tecnológicas que enfrenta atualmente, o Corregedor-Geral pediu a palavra e parabenizou as diretoras pelos avanços conseguidos, o Conselheiro Enriquimar Dutra da Silva solicitou a palavra e parabenizou a Direção da Escola pela iniciativa de usar a Inteligência Artificial, o Subdefensor Público-Geral Institucional Ricardo José Costa Souza Barros também parabenizou a Direção da Escola e falou que no seu entendimento a escolha da atual Direção da Escola foi notadamente acertada, a Conselheira Ryveka Campos Martins Bronzeado disse que se surpreendeu com as atividades desenvolvidas pela Escola Superior, dizendo que se sente surpresa com os cursos, palestras e atualizações oferecidas, disse ainda que existe uma grande dificuldade em participação dos Defensores Públicos, pois muitos não conhecem as atividades oferecidas pela Escola Superior, solicitou que a Diretora cobrasse mais sua participação e

el
RR.
Mariane
Ryveka
RJB
see

que houvesse mais divulgação das atividades, inclusive enviando mensagens para o *whatsapp* dos Defensores Públicos, por fim parabenizou o desempenho e dedicação da Direção, a Ouvidora-Geral Maria do Céu Cavalcanti Palmeira, parabenizou a Direção da Escola e falou da importância das atividades oferecidas à Instituição pela Escola Superior, a Conselheira Monaliza Maelly Fernandes Montenegro pediu a palavra para um breve esclarecimento sobre a Inteligência Artificial, disse que mesmo sem muitos recursos tem esperança em conseguir poder trabalhar brevemente com a Inteligência Artificial, voltando a pauta a Presidente retornou ao 2º item, perguntando se todos já haviam analisado a Lista de Antiquidade e se já estavam aptos a votar o item, que após considerações foi aprovada por unanimidade, vencida a pauta o Subdefensor Público-Geral Institucional Ricardo José Costa Souza Barros pediu a palavra, sendo logo atendido para informar sobre um fato que retornou à instituição, que recebeu em 2022 Ofício enviado pela Corregedoria Geral de Justiça informando sobre requerimento protocolado pela OAB/PB, para que a Corregedoria de Justiça viesse a expedir ato normativo disciplinando e organizando a Advocacia Dativa no Estado da Paraíba, disse que compareceu a audiência designada pela Corregedoria naquele exercício, e não recebeu mais notificações até então, contudo, neste mês foi notificado para uma segunda audiência, que compareceu desta vez junto com o Corregedor Geral da Defensoria Pública, Dr. Coriolano Dias de Sá Filho, e abordou o tema na seguinte ordem; alegou que realizou levantamento em algumas Defensorias Públicas no Brasil e que referente as Defensorias Públicas aos Estados de Santa Catarina e São Paulo, já existem Processos (ADI) tramitando no STF, sobre a matéria Advocacia

Dativa e Defensoria Pública, informou que em alguns Estados brasileiros o pagamento dos dativos foi entendido como Inconstitucional, disse que, após ampla discussão sobre o assunto, a audiência foi remarcada para o próximo mês de março/2024, para que as partes possam ter mais tempo hábil para melhor instruir o processo, com a palavra a Presidente falou que no ano de 2024 a Defensoria Pública do Estado completará 65 anos de existência, disse que serão realizadas comemorações e várias atividades no âmbito da Defensoria Pública, e que será o momento da Instituição mostrar os serviços que são disponibilizados à população para Assembléia Legislativa; O Conselheiro Enriquimar Dutra da Silva pediu a palavra e perguntou ao Corregedor-Geral Coriolano Dias de Sá Filho sobre o auxílio saúde dos servidores da Defensoria Pública, que está com relatoria para o Corregedor-Geral, disse que entende que o estudo requerido pelo senhor relator é amplo e bem demorado, mas que gostaria de alguma posição, sendo respondido pelo Corregedor-Geral Coriolano Dias de Sá Filho que ainda aguarda a finalização do estudo, presente a reunião o Defensor Público Antonio Nery de Luna Freire solicitou a palavra, sendo concedida conforme é permitido no Regimento Interno, e perguntou se os 4% de reajuste será incluído no próximo pagamento aos Defensores Públicos, sendo respondido pela Presidente que esse aumento não representa um aumento real, pois prefere lutar pelos 25% de reajuste, que será retroativo, sendo um montante mais significativo ao pagamento. Sem mais assuntos a tratar foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata, que será assinada pela senhora Presidente, pelos senhores Conselheiros e por mim,

Araújo Maria
Auxiliadora Targino de Araújo, Secretária do Conselho

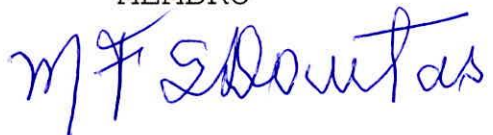
Superior da Defensoria Pública, e por quem mais de direito.


MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
PRESIDENTE



RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
Subdefensor Público-Geral Institucional


CORIOLANO DIAS DE SÁ FILHO
CORREGEDOR GERAL


WALDELITA DE LOURDES DA CUNHA FARIAS RODRIGUES
MEMBRO


MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA DANTAS
MEMBRO


ENRIQUIMAR DUTRA DA SILVA
MEMBRO


MONALIZA MAELLY FERNANDES MONTINEGRO
MEMBRO


RYVEKA CAMPOS MARTINS BRONZEADO
MEMBRO


MARIA DO CEU CCAVALCANTI PALMEIRA

OUVIDORA

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS

